

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS V
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO;

RITA PAZ

Rita Paz.

AÇÃO SUPERVISORA NUMA ESCOLA PÚBLICA: um estudo exploratório

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Setembro de 1992.

ÍNDICE

Pág.

I. INTRODUÇÃO	01
II. JUSTIFICATIVA	03
III. OBJETIVOS	08
IV. METODOLOGIA	09
V. A AÇÃO SUPERVISORA NO PROCESSO EDUCATIVO	12
VI. CONCLUSÃO	14
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

O tema desse estudo é Ação Supervisora nas escolas públicas pertencentes a 10ª Região de Ensino Sedada ^{em} Respectivamente, na cidade de Sousa- Pb.

O interesse pela função supervisora na referida escola originou-se de estudos e discussões realizadas em sala de aula. Isto despertou em nós o desejo de buscar informações mais substanciais sobre a prática da Supervisão e sobre as dificuldades que encontram as supervisoras no desenvolvimento de seu trabalho, pois se sabe que esta prática se dá num sistema educacional que apresenta sérias contradições.

Se por um lado a Educação durante os últimos anos, não tem merecido a atenção necessária das autoridades competentes de modo a favorecer uma prática educativa de qualidade. Por outro lado, existe toda uma cuidado por parte do próprio Estado para que a Educação não seja utilizada como instrumento que permita o desvelar das relações que se dá no interior da sociedade brasileira, numa tentativa de inibir as possibilidades de transformações desta sociedade.

Neste sentido, a Supervisão Educacional, na forma como tradicionalmente vem sendo exercida, tem se constituído num forte aliado do governo Federal e Estadual para o cumprimento de seus propósitos políticos-educacionais, e que justifica inclusive a sua introdução no seio das escolas públicas.

Porém, no momento atual de transformações por que passa a sociedade e a educação brasileira, a comunidade escolar, em geral, e a Supervisão Educacional em particular, procuram, no momento de sua ação e reflexão rever sua prática pedagógica deslocando o eixo de sua ação individual para o coletivo, o social e global, ao tratar da questão do ensino-aprendizagem de modo que possa contribuir, efetivamente, para um trabalho educativo transformador.

Como aluna de VII Período do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores do Campus V da Universidade Federal da Paraíba, ^{estudando} respondendo às exigências impostas pelo processo de mudanças no campo educacional, ^{na proposta} e tomando ^{em} base esta proposta de trabalho do estágio supervisionado em Supervisão Escolar ^a investigamos de que modo se realiza a Ação - Supervisora nas escolas ^{numa} de 1º grau da Rede Estadual de Ensino, articuladas na 10ª Região de Ensino, e como é percebida pelo corpo docente, discente e técnico - administrativo.

Refletir sobre a questão acima proposta tornou - se relevante na medida em que se busca compreender, classificar em que consiste a prática educativa dessas profissionais, sua concepção de escola pública ^{em} enquanto instância da sociedade, como espaço significativo na luta por uma escola pública gratuita e de qualidade, ao tempo em que temos experiências educativas de natureza teórico - prática enquanto estagiária de habilitação em Supervisão Escolar.

Para compreendermos a origem da supervisão no campo educacional brasileiro, é necessário compreendê-la, analisando o contexto histórico nacional e internacional da época em que ela foi inserida, como atividade profissional. Segundo NOGUEIRA (1989) " a origem da supervisão educacional na realidade brasileira, tem a ver com o seu contexto histórico, suas vinculações com o contexto internacional e o encaminhamento das questões nacionais no cenário mundial". (p. 33)

Naquela época, início dos anos 40, o mundo se dividia em dois blocos: Ocidental, liderado pelos americanos e o Oriental formado pela URSS. Nesse contexto internacional ocorre a chamada guerra fria entre estas duas potências de mundo, uma vez que o sucesso e a expansão de socialismo representa perigo para o bloco capitalista. Frente ao crescimento do Comunismo os americanos trataram de investir nos países capitalistas oferecendo-lhes assistência técnica com a finalidade de "ajudá-los". Em verdade, a intenção era mesmo manter esses países sob seu domínio e longe da ideologia comunista. Para tanto, firmaram acordos com a maioria dos países da América Latina, entre eles o Brasil.

O governo brasileiro representado por Getúlio Vargas - 1950 - 1954 mantendo-se no poder, apoiado em bases populistas defende o desenvolvimento nacionalista numa tentativa de, certa forma, impedir a entrada de capitais internacionais. Tal política gera grandes conflitos e tensões entre as classes dominantes: de um lado, a defesa do desenvolvimento internacionalizado e de outro, do desenvolvimento independente. Isto contribuiu para o desgaste da política de Vargas, pois não conta com o apoio nem da classe dominante e nem

da classe operária, o que provoca a sua deposição e posteriormente, seu suicídio.

Eleito presidente, Jucelino Kubitscheck - 1956, que mesmo assumindo uma política de massas, seu governo destaca-se pela implantação definitiva do capital internacional no país. Desse modo, intensifica a entrada de investimentos externos, haja vista ser ele um defensor da internacionalização do desenvolvimento. Por isso, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos só vigoraram oficialmente a partir do seu governo, embora, tenham sido acordados o primeiro, em 1950, chamado Acordo Geral de Cooperação Técnica e o segundo, Acordo Especial de Serviços Técnicos data de 1953.

No bojo destes acordos na área educacional foi criado o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAAE, instalado na cidade de Belo Horizonte - MG, em 1957 e, comêele, a supervisão no campo educacional brasileiro.

O PABAAE tinha três objetivos básicos que o fundamentava. O primeiro deles merece destaque porque é essencial para a compreensão do surgimento da supervisão, já que trata basicamente de sua formação e do seu papel no contexto político e educacional brasileiro, assim formulado: repasse "aos educadores brasileiros dos métodos e técnicas utilizadas na educação primária norte - americana, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação a educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores."(NOGUEIRA, 1989, p. 37). Nele, vemos a causa e a razão da supervisão, dos centros de formação, do des-

taque metodológico, da prioridade aos métodos e técnicas, da atuação no ensino primário e da sua tarefa fiscalizadora.

Inicia-se a formação das supervisoras em Indiana- Estados Unidos para onde várias professoras foram se especializar regressando posteriormente, para Belo Horizonte a fim de ministrarem cursos para novas supervisoras. Espande-se assim a prática da supervisão por todo o país.

A partir de então, as escolas passam a ter uma nova figura, a supervisora, cuja formação foi intencional, tendo sido acrítica e apolítica para atender interesses políticos e seguir os mandamentos do sistema político instituídos, onde a meta era planejar e controlar. Seu papel era fiscalizar, valorizar metodologia, o ensino tecnicista, não dar importância ao PORQUÊ e PARA QUÊ FAZER mas apenas ao COMO FAZER.

Assim, a supervisão inseriu - se no sistema educacional brasileiro intencionalmente por razões prioritariamente políticas.

Entretanto, passa - se uma imagem de que a função supervisora é inodora, moderna, introdutora de novos métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de mascarar sua verdadeira função, ou seja a de ser transmissora da ideologia da classe dominante que visa a incobrir seu descomprometimento com uma educação democrática, voltada para os interesses da grande maioria da população brasileira. De fato a supervisão educacional atua numa escola ainda elitista e seletiva, que tem acentuado o processo de marginalização das classes populares, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Acresçamos a tudo que foi, dito, o fato de o pensamento conservador ser uma característica geral dos educadores, em todos os níveis, com maiores ou menores exceções dependendo da sua formação acadêmica e do seu compromisso

político. É evidente, e não poderia ser de outro modo, que a supervisão desenvolva um trabalho onde o pensar crítico, a transformação, o replanejamento, o questionamento, a busca por interesses comuns não estão presentes em sua prática educativa.

Embora a supervisora tenha tido e, ainda tenha, uma formação acadêmica, apolítica, ao organizar - se como categoria, nos movimentos sindicais e sociais, nos Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais - ENSES, e na luta de dia-a-dia, começa a ter uma visão crítica da realidade, passando a refletir sobre a função de agente reproduzidor da ideologia dominante que desempenha a função de agente de transformação, ou seja, de agente da contra - ideologia que poderá desempenhar.

Neste sentido, pode alargar sua visão, ter consciência da sua verdadeira realidade, da possibilidade de desenvolver dentro da escola um trabalho voltado para a transformação da sociedade, de rebelar - se e não limitar - se apenas a receber ordens sem questioná-las. Não apenas obedecer mas criar, inovar, repensar, não ver os fatos como acontecimentos naturais e corretos; a tomar decisões; a crer que as decisões do Estado burguês só beneficiam a ele próprio e prejudica alunos e professores.

Só assim, conseguirá uma educação voltada para todos, sem distinções entre dominantes e dominados.

Para isso, o pensar crítico, o espírito de luta, o trabalhar coletivamente, torna - se parte integrante e força propulsora de sua ação educativa.

Repensar a prática da supervisão educacional significa, emvidar esforços, ao lado dos demais profissionais da educação, para conquistar uma es-

cola democrática que assuma de fato, sua função política, como um espaço de luta, junto a outras instituições sociais, para a superação das contradições existentes, porque "a luta pedagógica não é, senão, uma forma de luta, ao lado da luta econômica, social e política." (CHARLOT 1983, pg. 302)

Segundo Marilena Chauí, o que faltou à formação dada a supervisora educacional foi uma visão política do contexto histórico no qual se insere a ação educativa. É necessário que a supervisora adquira uma consciência crítica da realidade brasileira, forjada nas lutas e redimensionando a sua ação política.

Por tudo isso pretende - se neste trabalho analisar a prática e as bases teóricas da ação supervisora na escola de 1º grau da Rede Estadual articuladas na 10ª Região de Ensino da Paraíba, com vistas a delinear seu perfil e descobrir perspectivas para seu fazer pedagógico.

III. OBJETIVOS

GERAL:

- Conhecer e refletir sobre a prática educativa da Ação Supervisora na 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba e a aceitação que tem a comunidade escolar pelo exercício da supervisão.

ESPECÍFICOS:

- 1 - Aprofundar os conhecimentos sobre Supervisão Educacional, de modo geral e, em particular, ^{numa escola da} na 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba.
- 2 - Caracterizar a dimensão educativa da função supervisora nas referidas ^{escola} regiões de ensino.
- 3 - Refletir, numa perspectiva crítica, a avaliação e / ou propostas apresentadas pela comunidade escolar para a prática educativa nas ^{escola} regiões supra - citadas.

IV. METODOLOGIA

Este trabalho engloba as características de um estudo exploratório, dando esclarecimentos e respostas para um problema mediante o emprego de procedimentos científicos. VERGER (1982) e SETLZ (1967) mostram que :

" a pesquisa no seu nível exploratório é um trabalho que tem como finalidade desenvolver e escolher os fatos, visando a modificar conceitos e idéias para a formulação de novos problemas e hipóteses para estudos posteriores. "

(pag. 134)

Envolve ainda, este estudo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso, dando uma visão geral e aproximativa dos fatos.

Desse modo, analisamos aqui a concepção teórica - metodológica subjacente à prática educativa do supervisor na referida escola, suas relações com os elementos do processo ensino - aprendizagem, suas condições de trabalho, sua realização pessoal e profissional, sua concepção de escola pública. Enfim, como se dá a relação entre supervisor e a comunidade escolar, como esta avalia sua atuação e como gostaria que fosse exercida, de forma que podemos traçar seu perfil e apontar perspectivas.

Assim, realizamos um trabalho direto no campo onde se realiza a

ação supervisor^{para}a, compreendemos a questão proposta para estudo e elaboramos um relatório contendo o desenvolvimento da experiência.

Este trabalho é concentrado na figura do supervisor, mas envolve também outros elementos inseridos no processo ensino - aprendizagem, como professor, aluno, corpo técnico - administrativo, auxiliar de serviço, etc., que direta ou indiretamente podem contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo, bem como, para a obtenção de um universo variado e significativo.

Consta neste trabalho o número definido dos sujeitos, desse estudo que foram 16 pessoas. Ficando assim dividido da seguinte forma: Um supervisor, uma diretora, um vice - diretor, dez professores e três alunas.

O presente trabalho compreendeu dois momentos. Sendo que o 1º foi voltado para a fase de observação de matrículas, onde foi dada a oportunidade de conhecer de perto a realidade de clientela que estuda na referida escola.

O 2º momento foi a fase de atuação das entrevistas, onde foi utilizada um gravador para obter melhores informações, como também um roteiro de questionário. A duração de cada entrevista foi de 45 a 60 minutos.

Escolhemos a observação por ser um instrumento adequado para apreender e nosse objetivo de estudo, na medida em que acompanhamos in loco e dia - a - dia dos sujeitos, e significado que eles dão à realidade que os rodeiam e as suas próprias atitudes.

O roteiro das entrevistas foi pensando a partir de temas e problematização privilegiando determinadas questões: O trabalho da supervisora, seu relacionamento com os supervisados, as contribuições desse profissional para a

escola, sua concepção de escola pública, etc. As entrevistas foram feitas na própria escola, no período de junho a agosto de 1992.

As entrevistas, por sua vez nos ajudam no aprofundamento da investigação, pela possibilidades que elas oferecem de captação da forma imediata e coerente para a formação desejada e sobre praticamente com qualquer tipo de informação e os mais diversos aspectos.

Portanto, ficou clara e objetiva a finalidade de estágio, pois o mesmo é um trabalho sério envolvendo os elementos inseridos no processo ensino - aprendizagem, na busca de constatar na realidade como está se dando a prática da supervisão nas escolas.

Analizamos os dados coletados cujo resultado apresentamos a seguir.

V. A AÇÃO SUPERVISORA NO PROCESSO EDUCATIVO

As informações obtidas através do corpo docente, discente e técnico - administrativo sobre o trabalho da supervisora na escola X revela fatos interessantes.

Na escola não existe trabalho de supervisora propriamente dito. O que existe é uma assistência indireta das supervisoras que trabalham na 1ª Região de Ensino. Elas são encarregadas de dar assistência às escolas ligadas àquela Região de Ensino.

O que se vê na prática da supervisora é um trabalho muito distante do professor e do aluno, ou seja, do processo educativo. É um trabalho que não contribui para a melhoria do ensino, na medida que não orienta pedagogicamente o professor.

Difícilmente a escola procura a supervisora, até porque quando a procura não a encontra, até porque são poucas supervisoras para muitas escolas.

Percebe-se que é um trabalho que para os professores não tem aproveitamento, pois a prática da supervisão tem haver com o supervisionamento diretamente na escola. Participando juntamente com professor, aluno e direção do dia - a - dia da escola, procurando desenvolver um trabalho em cima da realidade do alunado. Orientando o professor nas dificuldades encontradas, para que haja uma melhor aprendizagem.

Infelizmente na escola ainda não chegou este trabalho. A assistência que se recebe da supervisora é mais no sentido de facilitar a chegada de material na escola.

O planejamento na escola é feita de oito e oito dias, e não existe participação da supervisora. Os professores sozinhos se preocupam no como planejar para que seus objetivos sejam alcançados.

Outros afirmam que a prática da supervisora se dá periodicamente, porque são 130 escolas que a 10ª Região de Ensino dar assistência e só existem duas supervisoras. Muitas vezes precisam de transporte, para ir visitar as escolas e não tem.

Então, na maioria das vezes os professores são treinados no Centro de Treinamento de Professores de Sousa. A assistência, ou seja, o treinamento que a supervisora dar é na confecção de material e melhores formas de trabalharem os conteúdos. Ela procura trabalhar com métodos que possam melhorar o ensino - aprendizagem, inclusive estão trabalhando com o método construtivista.

A supervisora participa dos treinamentos, orientando os professores com suas experiências renovadoras, procurando descobrir coisas novas, com o objetivo de melhorar o ensino - aprendizagem, procura trabalhar com a nossa realidade, ou seja, a realidade do aluno.

Esta prática é vista desta forma porque os professores desconhecem o verdadeiro papel da supervisão escolar. E também porque as supervisoras não trabalham numa linha transformadora. Limitam - se apenas aos planos ficando assim uma prática desconhecida.

VI. CONCLUSÃO

O estágio supervisionado realizado na escola X decorreu da necessidade de conhecer na prática o trabalho da supervisora. Dando oportunidade de aumentar meus conhecimentos.

Assim, o estágio em si proporcionou - me uma melhor compreensão da prática educativa. Com isso dei - me conta de que esse profissional requer habilidade, experiência, conhecimento, motivação e consciência de que está fazendo.

Em suma não pude ter uma visão mais ampla devido o tempo ter sido muito restrito e também porque a escola não tem acompanhamento direto da supervisora.

Sendo assim, o corpo docente, discente e técnico - administrativo desconhecem a prática da supervisora. Mas mesmo assim transmitiram informações substanciais, sobre as dificuldades pelas quais passa a educação brasileira.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nildo e GARCIA, Regina L. (orgs). O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais. São Paulo: Loyola, 1980 .
- AGUIAR, Márcia Ângela. Supervisora Escolar e Política Educacional. São Paulo: Cortez, Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado, 1991 .
- BARROS, Aidil, J. P. de LEHFELLO, Neide A. S. de projeto de pesquisas: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CADERNOS CEDES, nº 6. Especialista de Ensino em questão. São Paulo: Cortez, 1989 .
- _____, nº 7. Supervisão Educacional: novos caminhos. São Paulo, Cortez, 1989 .
- _____, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987 .
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, São Paulo, Atlas, 1989 .
- CHARLOTE, Bernard. A mistificação pedagógica: Realidade Sociais e processos ideológicos na teoria de educação. 2 ed. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1983 .

- MEDEIROS, Luciene e ROSA, Solange. Supervisora Educacional e Possibilidades e Limites. São Paulo: Cortez, 1987 .
- NOGUEIRA, Marta Ganaes. Supervisão Educacional: a questão política. São Paulo: Loyola, 1989 .
- SILVA, Naura Syria I. C. Da. Supervisão Educacional : uma reflexão crítica. Petrópolis, Vozes, 1981 .
- LOPES, Eliana Marta Teixeira - O ensino público e suas origens
Revista da Associação Nacional de Educação.
ANDE . (1): Nº 5, 1982, P. 5 - 12 .
- BUEFA, Ester. o nascimento da Escola Pública na França : Uma lição de Método Revista da Associação Nacional de Educação
ANDE . (1) : Nº 5, p. 13 - 18 .
- BACCELLI, Márcia Queiroz Silva. Função Supervisora na Busca de uma Identidade, IN. Revista Amã Educando Nº 187,
1987, p. 40 - 42 .